

**Câmara Municipal**

**REGIMENTO  
INTERNO**

**Município de Exu  
Estado de Pernambuco**

RESOLUÇÃO  
Nº. 05/95

REGIMENTO  
INTERNO

1ª Edição  
1995

TÍTULO	I	- CÂMARA MUNICIPAL.....	Arts.	1º a	16
CAPÍTULO	I	- Disposições Preliminares.....	Arts.	1º a	3º
CAPÍTULO	II	- Dos Vereadores.....	Arts.	4º a	12
Seção	I	- Do Exercício do Mandato.....	Arts.	4º a	10
Seção	II	- Das Incompatibilidades.....	Art.		11
Seção	III	- Da Perda de Mandato.....	Art.		12
CAPÍTULO	III	- Dos Serv. Adm. da Câmara.....	Arts.	13 a	16
TÍTULO	II	- DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA.....	Arts.	17 a	47
CAPÍTULO	I	- Da Mesa.....	Arts.	17 a	21
Seção	I	- Das Atribuições da Mesa.....	Arts.		22
Seção	II	- Do Presidente.....	Arts.	23 a	28
Seção	III	- Dos Secretários.....	Arts.	29 a	30
CAPÍTULO	II	- Das Comissões.....	Arts.	31 a	46
CAPÍTULO	III	- Do Plenário.....	Art.		47
TÍTULO	III	- DAS PROPOSIÇÕES.....	Arts.	48 a	63
CAPÍTULO	I	- Das Disposições Gerais.....	Arts.	48 a	50
CAPÍTULO	II	- Das Ind., Moções, Requerimentos.....	Arts.	51 a	53
CAPÍTULO	III	- Dos Projetos de Lei e Resoluções.....	Arts.	54 a	62
CAPÍTULO	IV	- Dos Recursos.....	Art.		63
TÍTULO	IV	- DAS SESSÕES.....	Arts.	64 a	96
CAPÍTULO	I	- Das Disposições Gerais.....	Arts.	64 a	67
CAPÍTULO	II	- Das Sessões Ordinárias.....	Arts.	68 a	73
Seção	I	- Do Expediente.....	Arts.	74 a	79
Seção	II	- Da Ordem do Dia.....	Arts.	80 a	88
Seção	III	- Da Explicação Pessoal.....	Art.		89
CAPÍTULO	III	- Das Sessões Extraordinárias.....	Arts.	90 a	93
CAPÍTULO	IV	- Das Sessões Solenes.....	Art.		94
CAPÍTULO	V	- Das Questões de Ordem.....	Arts.	95 a	96
TÍTULO	V	- DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES....	Arts.	97 a	121
CAPÍTULO	I	- Do Uso da Palavra.....	Arts.	97 a	102
CAPÍTULO	II	- Das Discussões.....	Arts.	103 a	107
CAPÍTULO	III	- Das Votações.....	Arts.	108 a	116
CAPÍTULO	IV	- Da Redação Final.....	Arts.	117 a	119
CAPÍTULO	V	- Da Sanção, Veto e Promulgação.....	Arts.	120 a	121
CAPÍTULO	VI	- Das Matérias.....	Arts.	122 a	123
TÍTULO	VI	- DAS DISP. GERAIS TRANSITÓRIAS.	Arts.	124 a	128

EMENTA: Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Exu, Estado de Pernambuco.

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE EXU, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara aprovou e nós promulgamos a seguinte Resolução:

TÍTULO I  
Da Câmara Municipal  
CAPÍTULO I  
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e se compõe de Vereadores eleitos de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º - A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar o Executivo e competência para organizar e dirigir os seus serviços internos.

\* 1º - A função legislativa consiste em elaborar leis sobre todas as matérias de competência do Município.

\* 2º - A função de fiscalização e controle é de caráter político administrativo e se exerce apenas sobre o Prefeito, Secretários da Prefeitura e Vereadores.

\* 3º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao executivo, mediante indicação.

\* 4º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e a estrutura e direção de seus serviços auxiliares.

\* 5º - A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência, na forma contida neste Regimento.



\* 6º - Na constituição das comissões, assegurar-se-á tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participam da respectiva Câmara.

\* 7º - A Mesa da Câmara encaminhará, por intermédio do Presidente somente pedidos de informação sobre fatos relacionados com a matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito a fiscalização da respectiva Câmara de Vereadores.

Art. 3º - A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Eufrásio Alencar, S/N, nesta cidade de Exu - PE.

\* 1º - Reputam-se nulas as sessões da Câmara Municipal realizadas fora de sua sede, com exceção das sessões solenes ou comemorativas.

\* 2º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra que impeça a sua realização, poderão ser realizadas sessões em outro recinto, por decisão do Presidente da Câmara.

\* 3º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às funções, sem prévia autorização da Mesa, sendo vedada a sua concessão para atos não oficiais.

CAPÍTULO II  
Dos Vereadores  
SEÇÃO I  
Do Exercício do Mandato

Art. 4º - Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo Municipal para legislatura, pelo sistema partidário e representativo proporcional, por voto secreto e direto.

\* 1º - Os vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

\* 2º - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem, ou deles receberem informações.

\* 3º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos neste Regimento, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Art. 5º - Compete ao Vereador:

- I - Participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;
- II - Votar na eleição da Mesa e das comissões permanentes;
- III - Apresentar proposições que visam ao interesse coletivo;
- IV - Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;
- V - Usar da palavra em defesa ou oposição às proposições apresentadas para deliberação do Plenário.

Art. 6º - São obrigações e deveres do Vereador:

- I - Fazer declaração de seus bens, no ato da posse, repetida quando no fim do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio resumidas em ata e divulgadas para conhecimento público;
- II - Residir no Município;
- III - Votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara;
- IV - Comportar-se em Plenário com o devido decoro;
- V - Obedecer às normas Regimentais;

Art. 7º - Se qualquer Vereador cometer, dentro do Recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente tomará uma das seguintes providências, conforme sua gravidade:

I - Advertência reservada;

II - Advertência em Plenário;

III - Cassação da palavra;

IV - Suspensão da sessão para entendimento na sala da Presidência;

V - Proposta de cassação de mandato por infração do disposto no Decreto Lei 201/67.

Art. 8º - O Vereador que seja servidor público, exercerá o mandato de acordo com as disposições contidas no art. 38 da Constituição Federal vigente.

Parágrafo Único - O Vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública Municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

Art. 9º - Os Vereadores tomarão posse nos termos da Lei Orgânica do Município;

\* 1º - Os vereadores e suplentes que recusarem a tomar posse, importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente após o decurso do prazo legal, declarar extinto o mandato e convocar o suplente.

Art. 10 - O Vereador poderá licenciar-se por prazo determinado, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos seguintes casos:

I - Por motivo de saúde, devidamente comprovado;

II - Para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

\* 1º - Nos casos dos incisos I e II, não poderá o Vereador reassumir antes que tenha esgotado o prazo de sua licença;

\* 2º - Para fins de remunerações, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do Inciso I;

\* 3º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança;

\* 4º - O afastamento para desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerada como licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

## SEÇÃO II Das Incompatibilidades

Art. 11 - Os Vereadores não poderão:

I- Desde a expedição do diploma:

a - Firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b - Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado inclusive os que seja admissível “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - Desde a Posse:

a - Ser proprietário, controladores ou diretores de empresa que gozem valores decorrentes de contrato celebração com o Município ou nela exercer função remunerada;

b - Ocupar cargo ou função de que sejam demissível “ad nutum” nas entidades referidas na alínea “a” do inciso I do artigo II, salvo cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

c - Patrocinar causa em que seja interessado qualquer das

entidades a que se refere a alínea do inciso I.

d - Ser titular de mais de um cargo ou mandato público efetivo.

### SEÇÃO III Da Perda de Mandato

Art. 12 - As vagas da Câmara dar-se-á por extinção ou cassação do mandato.

\* 1º - Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando:

I - Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara dentro do prazo estabelecido em lei;

II - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime de função ou eleitoral;

III - Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou missão oficial autorizada;

IV - Quando decretar a Justiça Eleitoral nos termos previstos na Constituição Federal.

\* 2º - A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando:

I - Utilização do mandato para prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - Fixar residência fora do Município;

III - Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública;

IV - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

V - Que infringir qualquer das obrigações estabelecidas no artigo anterior.

\* 3º - Nos casos dos incisos II, III, IV e V do parágrafo anterior a perda de mandato será decidido pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou Partido Político representado na Câmara, assegurando ampla defesa.

\* 4º - Nos casos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo primeiro, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou Partido Político representado na Câmara, assegurando ampla defesa.

### CAPÍTULO III Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 13 - Os Serviços Administrativos da Câmara serão regulamentados por resolução e executados sob orientação da Mesa.

Art. 14 - Terão a forma de Portaria, assinada pelo Presidente, os atos relativos aos servidores da Câmara.

Art. 15 - Além dos livros necessários ao registro dos seus atos administrativos, a Câmara terá ainda os seguintes:

I - Termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

II - Atas das sessões da Câmara e das reuniões das comissões;

III - Transcrições de Leis, resoluções, instruções, Portarias e demais atos da Mesa e da Presidência;

IV - Registro de Protocolo;

Parágrafo Único - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara.

Art. 16 - Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços administrativos da Câmara ou sobre a situação do respectivo pessoal bem como apresentar, através de proposição sugestões sobre estas materias

TÍTULO II  
Dos Órgãos da Câmara  
CAPÍTULO I  
Da Mesa

Art. 17 - A Mesa da Câmara será composta de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, que serão substituídos pela ordem.

Art. 18 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais votado entre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

\* 1 - O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

\* 2 - Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

\* 3 - A Eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossados os eleitos em 1º de janeiro.

Art. 19 - A Eleição da Mesa far-se-á por voto secreto, mediante cédulas impressas, mimeografadas, datilografadas ou manuscritas, com a indicação dos nomes e respectivos cargos.

\* 1º - A Eleição será feita por maioria simples, presentes a maioria dos membros da Câmara;


\* 2º - Para resguardar o sigilo do voto, cada cédula será introduzida numa sobrecarta rubricada pelo Presidente e recolhida em urna, à vista do plenário;



\* 3º - Encerrada a votação, o Presidente em exercício fará a leitura dos votos, determinando sua contagem e proclamando os eleitos, que serão empossados nos termos deste Regimento.

\* 4º - Em caso de empate, será considerado eleito o mais votado no pleito que o elegeu Vereador.

Art. 20 - Qualquer membro da Mesa poderá ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal por irregularidades apontadas em representação subscrita por Vereador e apuradas por comissão especial, constituída para esta finalidade, na forma que este Regimento dispuser.

 Art. 21 - Vagando todos e qualquer um dos cargos da Mesa, será na sessão imediata realizada eleição para completar o período do mandato.

Parágrafo Único - No caso de vacância coletiva, presidirá a nova eleição o Vereador mais votado entre os presentes.

#### SEÇÃO I Das Atribuições da Mesa

Art. 22 - Compete à Mesa:

I - Resolver todos os casos relacionados com a economia interna da Câmara, dando ciência ao plenário;

II - Receber ou mandar protocolar, com a numeração própria os projetos de Lei, os projetos de Resolução, as indicações, as Moções e os requerimentos apresentados por Vereador, em sessão ou fora dela, bem como os projetos de Lei remetidos pelo Executivo;

III - Designar anualmente os membros das comissões permanentes;

IV - Elaborar e encaminhar até 31 de agosto de cada ano, após aprovada pelo plenário, a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída na proposta orçamentária no Município;

VI - Devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

VII - Elaborar a prestação de contas da Câmara, anexá-la a do executivo e remeter ao Tribunal de Contas até 30 de abril de cada ano;

VIII - Enviar ao Prefeito do Município, até primeiro de março as contas do exercício anterior;

IX - Propor ao plenário projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou função da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observando as determinações legais;

X - Declarar a perda de mandato de Vereador de ofício ou por provocação de qualquer dos Membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento, assegurando ampla defesa.

## SEÇÃO II Do Presidente

Art. 23 - Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atividades estipuladas na Lei Orgânica Municipal:

I - Representar a Câmara em Juízo ou fora dele;

II - Substituir o Prefeito nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;

III - Zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos, garantias, inviolabilidade e respeito devidos a seus Membros;

IV - Encaminhar às comissões competentes no prazo improrrogável de 03 (tês) dias, as proposições apresentadas à Câmara;

V - Promulgar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as Resoluções da Câmara, bem como as Leis, não promulgadas pelo Prefeito;

VI - Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções e as Leis por ela promulgadas;

VII - Dar andamento aos recursos interpostos contra atos seus ou da Câmara.

VIII - Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

IX - Declarar a destituição de Vereador de seu cargo na Comissão nos casos previstos neste Regimento;

X - Representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou ato Municipal;

XI - Interpretar e fazer cumprir o regimento Interno;

XII - Convocar, presidir, abrir e encerrar as sessões;

XIII - Determinar ao Secretário a leitura da ata e das comunicações recebidas;

XIV - Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento;

XV - Manter a ordem dos trabalhos no Plenário, adotando as providências cabíveis em relação aos Vereadores que infringirem o Regimento;

XVI - Manter a ordem no recinto da Câmara podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XVII - Declarar findos a hora destinada ao expediente ou à ordem do dia e os prazos facultados aos oradores;

XVIII - Dirigir, superintender e disciplinar os serviços administrativos da Câmara;

XIX - Assinar as representações, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;

XX - Nomear, promover, remover, suspender e demitir os servidores da Câmara bem como conceder-lhes férias, licença, abono de faltas, aposentadorias, disponibilidade e acréscimos de vencimentos determinados por Lei;

XXI - Promover a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos servidores da Câmara e determinar a abertura de sindicância e inquérito administrativo;

XXII - Requisitar ao Executivo Municipal as dotações orçamentárias consignadas à Câmara;

XXIII - Autorizar as despesas da Câmara, nos limites do seu orçamento, observando as formalidades legais;

XXIV - Apresentar ao plenário, até o 20º dia de cada mês, o balanço relativo às verbas recebidas e as despesas do mês anterior;

XXV - Apresentar no fim de seu mandato de Presidente, o relatório dos trabalhos da Câmara.

Parágrafo Único - A fórmula para promulgação das Leis e Resoluções previstas no item V deste artigo, é a seguinte:

“Faço saber que a Câmara Municipal de Exu aprovou e eu promulgo a seguinte Lei”.

Art. 24 - Compete ainda ao Presidente:

I - Se no recinto da Câmara for cometido qualquer infração penal:

a - Efetuar a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente para lavratura do auto;

b - Comunicar o fato à autoridade policial se não houver flagrante.

II - Se as contas do Prefeito tiverem sido rejeitadas pelo plenário, examinar a possibilidade de:

a - Apresentar denúncia para cassação de mandato;

b - Remeter o processo ao Ministério Público para os devidos fins;

Art. 25 - Enquanto estiver com o uso da palavra o Vereador no exercício da Presidência não será interrompido ou aparteado, ressalvado a apresentação de questão de ordem.

Art. 26 - Ao Presidente será facultado o direito de apresentar proposição à consideração do plenário, mas, para discutí-las, deverá afastar-se da Presidência.

Art. 27 - Quando o Presidente se omitir ou exorbitar de suas funções, qualquer Vereador poderá protestar contra o fato recorrendo ao plenário, cuja decisão soberana deverá ser cumprida pelo Presidente, sob pena de destituição.

Art. 28 - O Presidente da Câmara ou quem o substituir, somente manifestará seu voto nas seguintes hipóteses:

I - Na Eleição da Mesa diretora;

II - Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou de maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - Quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário.

### SEÇÃO III Dos Secretários

Art. 29 - Ao Primeiro Secretário compete:

I - Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências ou impedimentos;

II - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - Promulgar e fazer, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazer, sob pena de perda de mandato de membros da Câmara, ou seja, da Mesa;

IV - Lavrar as atas das sessões, fazendo constar sucintamente assuntos tratados e assiná-la juntamente com o Presidente;

V - Encarregar-se de toda correspondência da Câmara;

VI - Assinar com o Presidente os atos da Mesa e as resoluções da Câmara;

VII - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

VIII - Ler a ata, proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Câmara;

IX - Fazer a inscrição dos oradores;

X - Auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da Câmara;

Art. 30 - Compete ao segundo Secretário, auxiliar ao Primeiro e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências;

## CAPÍTULO II Das Comissões

Art. 31 - As comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara destinados em caráter permanente ou transitório a proceder estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o legislativo.

Parágrafo Único - As Comissões permanentes são 04 (quatro):

I - Justiça e redação;

II - Finanças e Orçamentos;

III - Obras e Serviços Públicos;

IV - Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 32 - Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre o aspecto jurídico de todas as matérias submetidas à apreciação da Câmara, ressalvadas aquelas a que este Regimento der explicitamente outra tramitação.

Parágrafo Único - Compete também à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre o mérito das proposições relativas a:

I - Organização interna da Câmara;

II - Regime Jurídico dos funcionários públicos Municipais.

Art. 33 - Compete à Comissão de Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e especialmente sobre:

I - Proposta orçamentária;

II - A prestação de Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;

III - As proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo bem como a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

IV - As proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que diretamente ou indiretamente alteram a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito público.

\* 1º - Compete ainda à Comissão de Orçamento elaborar a redação final do Projeto de Lei Orçamentária;

\* 2º - Para emitir parecer sobre prestação de contas, a comissão poderá vistoriar obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições municipais, bem como solicitar do Prefeito esclarecimentos complementares.

Art. 34 - Compete à Comissão de Educação emitir parecer sobre projetos de lei referentes à Educação, ensino, artes, patrimônio histórico, esportes, higiene, saúde pública e obras assistenciais.

Art. 35 - As Comissões permanentes compostas cada uma na forma do parágrafo único do art. 31 deste Regimento, devem estar constituídas no máximo até a terceira reunião ordinária da Câmara, e, logo em seguida reunir-se-á para eleger os respectivos Presidentes e Secretários e deliberar sobre os dias de reunião e ordem dos trabalhos.



\* 1º - O Presidente da Câmara não poderá fazer parte das comissões permanentes;

\* 2º - O mesmo Vereador não poderá ser indicado para mais de 02 (duas) comissões permanentes;

\* 3º - Os membros das comissões permanentes terão mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 36 - Nos casos de vaga, licença ou impedimento cabe ao Presidente da Câmara designar substituto, escolhido sempre que possível dentro da mesma legenda, ouvido o líder partidário.

\* 1º - Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os membros das comissões, se não comparecerem a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, serão destituídos por deliberação do Presidente da Câmara.

Art. 37 - Compete aos Presidentes das Comissões:

I - Convocar e presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão;

II - Receber a matéria destinada à comissão e designar-lhe relator;

III - Conceder vista, pelo prazo de 03 (três) dias, aos membros da comissão para as proposições que se encontrem em regime de tramitação ordinária;

IV - Zelar pela observância dos prazos concedidos à comissão e pela ordem dos trabalhos;

V - Representar a comissão nas relações com a Mesa e o plenário.

\* 1º - O presidente só terá direito a voto em caso de empate.

\* 2º - Qualquer membro da comissão poderá interpor recursos ao plenário contra ato do Presidente.

Art. 38 - Salvo decisão em contrário do plenário, será de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da matéria, o prazo para a comissão exarar parecer, o qual concluirá sugerindo a adoção ou rejeição da proposição ou apresentação de emendas ou substitutivos que julgar necessário.

\* 1º - O Presidente da comissão terá prazo improrrogável de 02 (dois) dias para designar o Relator, o qual apresentará seu parecer dentro de 05 (cinco) dias, prorrogável, pelo Presidente, por mais 48 (quarenta e oito) horas.

\* 2º - Findo o Prazo sem que o relator tenha se pronunciado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer

\* 3º - O parecer da Comissão deverá ser subscrito pelos que o aprovem, devendo todavia, o voto vencido ser apresentado em separado.

Art. 39 - No exercício de suas atribuições, as comissões poderão discutir e votar projetos de lei que dispensar, na forma deste Regimento a competência do plenário, salvo se houver recursos de um membro da Câmara, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar Secretários Municipais ou similares, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, ter livre acesso às dependências, arquivos, livros e papéis das Repartições Municipais mediante solicitação do Presidente da Câmara ao Prefeito.

\* 1º - Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar do Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudos.

\* 2º - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da comissão, a quem caberá deferir ou indeferir, indicando se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 40 - Sempre que a comissão solicitar informações do Prefeito ou audiência preliminar de outra comissão, fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 38 até o recebimento dos esclarecimentos, não podendo esta interrupção ultrapassar 10 (dez) dias.

\* 1º - Em situações especiais devidamente justificadas, a comissão poderá solicitar da Câmara a prorrogação do prazo estabelecido no caput do artigo 38.

\* 2º - Se o Plenário negar a prorrogação solicitada ou se, concedida a prorrogação, continuar a comissão sem emitir o parecer, o Presidente da Câmara designará uma comissão especial de 03 (três) membros para exarar parecer no prazo improrrogável de 05 (seis) dias.

\* 3º - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, a matéria será incluída na ordem do dia, para deliberação.

Art. 41 - Para a elaboração da redação final do projeto, a comissão de Justiça e Redação terá o prazo de 02 (dois) dias.

Art. 42 - Além das comissões permanentes, a Câmara poderá criar comissões especiais de inquérito e comissões de representações.

Art. 43 - As comissões especiais e as comissões de representações serão constituídas de um terço dos membros da Câmara, em requerimento escrito apresentado durante o expediente e submetido ao plenário na ordem do dia da sessão seguinte, entre as matérias de discussão única.

Art. 44 - As comissões especiais terão as finalidades especialmente especificadas no requerimento que propôs sua constituição, e, salvo expressa deliberação do plenário, serão compostas de 03 (três) membros, designados pelo Presidente da Câmara, observando a representação partidária.

\* 1º - Ao aprovar a constituição da comissão Especial, o plenário fixará o prazo para conclusão de seus trabalhos e apresentação do relatório final, o qual em seguida, terá a mesma tramitação dos pareceres das comissões permanentes.

\* 2º - Se a comissão especial não concluir seus trabalhos dentro do prazo, ficará automaticamente extinta, salvo se o plenário houver aprovado a prorrogação do seu funcionamento.

\* 3º - Não será criada Comissão Especial enquanto estiver funcionando 02 (duas) outras.

Art. 45 - As comissões de inquérito, criadas por prazo certo e sobre determinado fato, terão a finalidade de apurar irregularidades

administrativas do Executivo, da Mesa de Vereadores, no desempenho de suas funções, e serão compostas de 03 (três) membros sorteados entre os Vereadores.

\* 1º - Para conclusão de seus trabalhos com apresentação de parecer sobre a procedência das denúncias, as comissões de inquérito terão o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, quando solicitado e aprovado pelo plenário.

\* 2º - Aos denunciados será assegurado ampla defesa, sendo-lhe facultado o prazo de 05 (cinco) dias para elaboração de suas razões escritas.

Art. 46 - As comissões de representações têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter cívico ou social, e serão constituídas por deliberação do plenário, a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, por designação do Presidente.

\* 1º - O número de membros da comissão de representação não poderá ser superior a 03 (três), observadas a proporcionalidade da representação partidária.

\* 2º - Um dos autores de requerimento que der origem a constituição da comissão, será sempre convidado a dela participar.

### CAPÍTULO III Do Plenário

Art. 47 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

\* 1º - As deliberações do plenário serão tomadas, sempre que não houver determinação expressa, por maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.

\* 2º - Ao plenário cabe deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal.

\* 3º - Compete à Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, as matérias de competência do Município, especialmente as referidas na Lei Orgânica Municipal.

\* 4º - Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Eleger a sua Mesa diretora, bem como destituí-la na forma deste Regimento;

II - Elaborar o seu Regimento Interno;

III - Fixar a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, observando-se o disposto no inciso V do art. 29 da Constituição Federal e o disposto na Lei Orgânica do Município;

IV - Execer com o auxílio do Tribunal de Contas ou Órgão Estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município;

V - Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo.

VI - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixar a respectiva remuneração;

VIII - Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

IX - Mudar temporariamente a sua sede;

X - Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta;

XI - Proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal, quando da abertura da sessão legislativa;

XII - Processar e julgar os Vereadores, na forma da Lei Orgânica do Município;

XIII - Representar ao Procurador Geral da Justiça mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, contra o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

XIV - Dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em Lei;

XV - Conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para afastamento dos cargos;

XVI - Criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelos menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

XVII - Convocar Secretários Municipais ou similares para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XVIII - Solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à administração;

XIX - Autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX - Decidir sobre perda de mandato de Vereador, por voto secreto e maioria absoluta, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

XXI - Conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidos serviços prestados ao Município, mediante Decreto Legislativo aprovado pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros;

\* 1º - É fixado em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma da Lei Orgânica do Município;

\* 2º - O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta a Câmara solicitar na conformidade da legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

TÍTULO III  
Das Proposições  
CAPÍTULO I  
Das Proposições em Geral

Art. 48 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação

do Plenário, devendo ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos, podendo consistir em projetos de resolução de lei e decreto legislativo, indicações, moções, requerimentos, substitutivos, emendas, subemendas, pareceres e recursos.

Art. 49 - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que:

I - Versar sobre assuntos alheios a competência da Câmara;

II - Delegar a outro poder atribuições privativas do legislativo;

III - Seja redigida de modo que não se saiba, à simples leitura qual a providência objetivada;

IV - Seja anti-regimental;

V - Seja apresentada por Vereador ausente à sessão;

VI - Tenha sido rejeitada e novamente apresentada antes do prazo regimental;

Parágrafo Único - Da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na ordem do dia e apreciado pelo Plenário;

Art. 50 - Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

\* 1º - As assinaturas que se seguirem a do autor serão consideradas de apoio, implicando na concordância dos signatários com o mérito da proposição subscrita.

\* 2º - As assinaturas de apoio não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.



## CAPÍTULO II

### Das Indicações, Moções e Requerimentos

Art. 51 - Terá a forma de indicação a proposição de Vereador sugerindo medidas de interesse público aos poderes competentes ou o estudo de determinado assunto para ser convertido em projeto de lei ou de resolução;

\* 1º - As indicações serão lidas no expediente e encaminhadas a quem de direito, independentemente de deliberação do plenário.

\* 2º - No caso de entender o Presidente que a indicação não deve ser encaminhada, dará conhecimento de sua decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da comissão competente, cujo parecer será discutido e votado na ordem do dia.

Art. 52 - Terá a forma de moção a proposição de Vereador sugerindo a manifestação da Câmara sobre qualquer ato ou assunto de interesse da comunidade, para aplaudir, hipotecar solidariedade, dar apoio, formular apelo, protesto ou repúdio.

\* 1º - Depois de lida no expediente, a moção será encaminhada à comissão competente, e, em seguida apreciada pelo Presidente, ou seja, pelo plenário em discussão e votação única.

\* 2 - Se a moção for submetida, ou subscrita, no mínimo por 1/3 (um terço) dos Vereadores, será incluída na ordem do dia da sessão ordinária seguinte, independente de parecer da comissão.

Art. 53 - Terá forma de requerimento o pedido escrito de Vereador ou Comissão da Câmara solicitando:

I - Voto de louvor, congratulações ou pesar;

II - Audiência de comissão sobre o assunto em pauta;

III - Preferência para a discussão de matéria ou redação de interstício regimental para discussão;

IV - Retirada de proposição já submetida à discussão pelo plenário.

- V - Constituição de comissão especial ou representação;
- VI - Licença de exercício de Vereança;
- VII - Inserção de documentos em ata;
- VIII - Cópia de documentos existentes nos arquivos da Câmara;
- IX - Informações sobre atos da Mesa, da Presidência ou do plenário;
- X - Informações ao Prefeito ou por intermédio, e a outras entidades públicas ou particulares;

\* 1º - Os requerimentos de que trata os itens I a V deste artigo deverão ser lidos no expediente e encaminhados para as providências solicitadas, se nenhum Vereador manifestar a intenção de discutí-los, em caso contrário, serão incluídos na ordem do dia da sessão seguinte.

\* 2º - O requerimento de licença, depois de lido no expediente será transformado pela Mesa em projeto de resolução e será incluído na ordem do dia da sessão seguinte, entre as matérias em regime de preferência.

\* 3º - Independem de deliberação do plenário ou da Mesa, devendo o Presidente lhes dar imediato atendimento, os requerimentos de que tratam os itens VII a X.

### CAPÍTULO III

#### Dos Projetos de Leis e Resoluções

Art. 54 - Os projetos de Lei e de Resoluções, com os depachos do Presidente, serão na ordem de sua numeração, lidos pelo secretário no expediente das sessões e em seguida encaminhados às comissões respectivas.

\* 1º - Independem de leitura no expediente os projetos de lei de iniciativa do executivo com prazo especial e tramitação, os quais deverão ser enviados direta e indiretamente, pelo Presidente, às comissões competentes, comunicando-se esta providência ao plenário na primeira sessão.

\* 2º - Os projetos de lei e de resolução colocados por comissão da Câmara ou pela Mesa, serão discutidos na ordem do dia da sessão

seguinte e de sua apresentação, independente de parecer, salvo se o plenário determinar que seja ouvida outra comissão.

Art. 55 - Dos Projetos de Códigos, Consolidações, Estatutos e Regimentos, depois de lidos no expediente, serão distribuídos cópias a todos os Vereadores.

Parágrafo Único - Durante o prazo de 15 (quinze) dias, os Vereadores poderão encaminhar à Comissão de Justiça e Redação emendas e subemendas sobre projetos de que trata este artigo abrindo-se, em seguida o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão exarar parecer e incorporar as emendas que julgar conveniente.

Art. 56 - Será sempre submetido a plenário o projeto de lei ou de resolução que tendo recebido parecer contrário das comissões pelas quais tramitou, não havia sido examinado pela totalidade das comissões da Câmara.

Art. 57 - Terá forma de substitutivo o projeto de lei ou resolução apresentada por Vereador ou Comissão para substituir, na íntegra outro já em tramitação, sobre a matéria.

Parágrafo Único - Não será permitido a Vereador ou Comissão apresentar mais de um substitutivo.

Art 58 - Terá forma de emenda a correção apresentada a uma parte do projeto de lei ou de resolução, denominando-se:

I - Supressiva, a que manda suprimir total ou parcialmente artigo, parágrafo ou inciso do projeto;

II - Substitutiva, a que manda colocar artigo, parágrafo e inciso em lugar de outros;

III - Aditiva, a que manda colocar a emenda apresentada e outra emenda.

Art. 59 - Terá formato de subemenda, a emenda apresentada a outra emenda.

Art. 60 - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da proposição principal.

Art. 61 - Concluída a votação, será o projeto, com emendas aprovadas, enviada à Comissão de Justiça e Redação para o prazo de 02 (dois) dias elaborar a redação final.

\* 1º - Excetua-se do disposto neste artigo o projeto de lei orçamentário, cuja redação será elaborada pela Comissão de Finanças e Orçamento.

\* 2º - O interstício previsto neste artigo poderá ser dispensado a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo plenário, nesta hipótese, a redação final será feita na mesma sessão pela comissão encarregada.

Art. 62 - A redação final, cujo texto ficará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas na Secretaria da Câmara, para exame pelos Vereadores, será discutida e votada na sessão imediata.

Parágrafo Único - Assinalada incorrência ou contradição na redação final, poderá ser apresentada emenda substitutiva, que não altere a substância do que foi aprovado.

#### CAPÍTULO IV Dos Recursos

Art. 63 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão apresentados ou interpostos dentro do prazo de 10 (dez) dias, por simples petição a ele dirigida.

\* 1º - O recurso será encaminhado à Câmara que encaminhará à Comissão de Justiça e Redação para opinar e elaborar, quando necessário o respectivo projeto de resolução.

\* 2º - Apresentado o parecer, será o mesmo submetido a única discussão e votação, na ordem do dia da primeira reunião.

TÍTULO IV  
Das Sessões  
CAPÍTULO I  
Das Disposições Gerais

Art. 64 - Durante as sessões somente poderão permanecer no plenário os Vereadores e os funcionários da Secretaria necessários ao andamento dos trabalhos.

\* 1º - Também poderão permanecer no plenário os convidados oficiais da Câmara.

\* 2º - Os representantes credenciados da imprensa terão lugar reservado no recinto.

Art. 65 - Os visitantes oficiais, recebidos e introduzidos no plenário por uma comissão de Vereadores designados pelo Presidente, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita pelos legislativos.

Art. 66 - Se o Prefeito o solicitar, a Câmara poderá ouvi-lo ou seus Secretários, em sessão destinada exclusivamente a este fim e sujeita às seguintes regras:

I - O dia e a hora da sessão serão designados pelo Presidente após entendimentos com o Prefeito;

II - Terminada a exposição do Prefeito e dos Secretários cada Vereador terá o prazo de 05 (cinco) minutos para solicitar esclarecimentos complementares;

III - Não será permitido aos Vereadores apartear a exposição do Prefeito ou seus Secretários, ou seja, ou seus esclarecimentos adicionais, nem levantar questões estranhas ao assunto da reunião.

Art. 67 - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - Apresente-se decentemente trajado;

II - Não porte armas;

III - Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - Não interpele os Vereadores nem manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em plenário;

V - Atenda as determinações da Mesa.

Parágrafo Único - Em caso de inobservância das regras deste artigo, o Presidente poderá determinar a retirada imediata do recinto, de todos ou de alguns dos assistentes, sem prejuízo de outras medidas.

## CAPÍTULO II Das Sessões Ordinárias

Art. 68 - A sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação.

\* 1º - Em cada período legislativo haverá no mínimo 05 (cinco) sessões ordinárias, que serão nos dias e horários a serem estabelecidos pela Mesa da Câmara, através de um calendário, cujas reuniões serão realizadas no recinto da Câmara Municipal.

Art. 69 - As sessões ordinárias terão a duração máxima de 02 (duas) horas, com a interrupção de 15 (quinze) minutos entre o final do expediente e o início da ordem do dia, podendo ser prorrogada, no máximo por mais 01 (uma) hora, por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo plenário.

Parágrafo Único - A prorrogação da sessão será por tempo determinado ou para concluir discussão de proposição em debate.

Art. 70 - À hora determinada para o início de sessão, ausente o 1º Secretário, o Presidente convocará qualquer Vereador dentre os presentes para assumir os cargos da Secretaria.

Art. 71 - Não se encontrando no recinto à hora regimental para o início dos trabalhos, o Presidente será substituído pelo 1º Secretário e, na ausência deste, pelo 2º Secretário.

\* 1º - Verificada a ausência de todos os membros da Mesa, assumirá a Presidência, o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os seus pares, um Secretário.

\* 2º - A Mesa composta na forma do parágrafo anterior dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro.

Art. 72 - À hora do início dos trabalhos, por determinação do Presidente, o Secretário da Câmara conferirá as assinaturas apostas no livro Termo de Presença, procedendo a chamada pela ordem alfabética dos Vereadores, dos seus nomes parlamentares, comunicados na Secretaria no início da legislatura.

\* 1º - Verificada a presença mínima de um terço dos membros da Câmara, o Presidente abrirá a sessão, caso contrário, aguardará durante 15 (quinze) minutos.

\* 2º - Persistindo a falta de "Quorum", a sessão será aberta lavrando-se termo da ocorrência.

\* 3º - No curso da sessão, qualquer Vereador poderá pedir verificação de presença.

Art. 73 - Será considerado recesso legislativo os períodos de 01 a 31 de julho e 16 de dezembro a 14 de fevereiro.

\* 1º - Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara só poderá reunir-se em sessão extraordinária, por:

I - Convocação do Prefeito, quando achar necessário;

II - Presidente da Câmara;

III - Caso de calamidade pública que exija convocação;

IV - A requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara;



SEÇÃO I  
Do Expediente

hora e se destina a:

Art. 74 - O expediente terá duração mínima de 01 (uma)

de outras origens;

I - Aprovação da ata de sessão anterior;

Vereadores;

II - Leitura resumida de matéria oriunda do executivo ou

III - Leitura das proposições apresentadas pelos

própria.

IV - Concessão da palavra a Vereador inscrito em lista

Art. 75 - Iniciado o expediente, o Presidente submeterá à discussão a ata anterior, ou seja, da última reunião, posta a disposição dos Vereadores, para verificar durante a hora imediatamente anterior.

\* 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte.

\* 2º - Considerar-se-á ata aprovada, independentemente de votação, se não for apresentada retificações ou impugnação.

\* 3º - As retificações aprovadas serão incluídas num adendo "em tempo" ao texto da ata.

\* 4º - A ata aprovada, com ou sem retificações será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

\* 5º - Aceita pelo plenário a impugnação, lavrar-se-á a ata que será votada na sessão seguinte.

Art. 76 - A ata da última sessão da legislatura será registrada e submetida a aprovação, com qualquer número, antes de encerrar-se a sessão.

Art. 77 - Concluída a aprovação da ata, o Secretário procederá a leitura da correspondência recebida, na seguinte ordem:

I - Matéria oriunda do Executivo Municipal;

II - Representação de outras edilidades;

III - Ofícios de outras entidades públicas;

IV - Petições de interessados não Vereadores.

\* 1º - As correspondências de que trata este artigo serão encaminhadas pelo Presidente às comissões competentes.

\* 2º - O Presidente mandará arquivar a correspondência que não demandar providências, que se refira a assuntos estranhos às atribuições da Câmara ou não esteja redigida em termos adequados.

Art. 78 - As proposições dos Vereadores, encaminhadas até a hora da sessão, à Secretaria da Câmara, e por ela rubricadas e numeradas serão lidas na seguinte ordem:

I - Projetos de Lei;

II - Projetos de Resolução;

III - Indicações;

IV - Requerimentos, Pareceres das Comissões;

V - Substitutivos, Emendas e Subemendas;

VI - Moções e Recursos.

Parágrafo Único - Encerrada a leitura das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvado o caso de urgência.

Art. 79 - Terminada a leitura das proposições os Vereadores inscritos em livro especial, de próprio punho, ou pelo Secretário terão a palavra pelo prazo de 10 (dez) minutos, para tratar de assuntos de interesse público.

\* 1º - O Vereador inscrito que não se achar presente na hora em que lhe for concedido a palavra, perderá a vez e será transferido para o lugar da lista organizada.

\* 2º - O orador que estiver usando a palavra para fins

deste artigo não será interrompido pelo encerramento do tempo reservado ao expediente, que se considera automaticamente prorrogado. Aos demais oradores inscritos será assegurado o uso da palavra em primeiro lugar, na mesma fase da sessão seguinte.

## SEÇÃO II Da Ordem do Dia

Art. 80 - A ordem do dia posta à disposição dos Vereadores, no mínimo duas horas antes do início da sessão, compreende a discussão e a votação e será organizada obedecendo a seguinte classificação:

I - Votos em matéria em regime de urgência;

II - Matéria em regime de preferência;

III - Matéria em redação final;

IV - Matéria em discussão única;

V - Matéria em primeira discussão;

VI - Matéria em segunda discussão;

VII - Recursos.

Parágrafo Único - Obedecida a classificação deste artigo, as matérias figurarão ainda segundo a ordem cronológica de antiguidade.

Art. 81 - Salvo motivo de urgência, nenhuma matéria poderá ser apresentada pelo plenário sem parecer de comissão competente e sem que tenha sido concluída na ordem do dia.

\* 1º - Serão incluídas na ordem do dia independentemente de parecer de comissões, os projetos de lei e de resoluções elaborados por comissões da Câmara ou pela Mesa;

\* 2º - Independentemente de parecer das comissões os projetos de lei de iniciativa do Prefeito com prazo especial de tramitação constarão obrigatoriamente da ordem do dia das 03 (três) últimas sessões anteriores ao término do prazo.

\* 3º - Se a Comissão de Justiça e Redação opinar pela inconstitucionalidade ou pela ilegalidade de um projeto, o parecer será imediatamente submetido a plenário e somente quando rejeitado terá prosseguimento a tramitação da matéria.

Art. 82 - As sessões em que se discutir o projeto de lei orçamentário, bem como o parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre a prestação de contas do Prefeito e da Câmara terão a ordem do dia reservada exclusivamente a estas matérias.

Art. 83 - A ordem do dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferências, adiamento ou vistas solicitadas por requerimento aprovado pelo plenário.

Art. 84 - O regime de urgência reduz a matéria, os prazos de tramitação dos projetos de lei e da resolução, determina sua inclusão prioritária na ordem do dia e dispensa as demais exigências regimentais, salvo as de "quorum" publicação imediata de sua discussão e votação.

\* 1º - Consideram-se automaticamente submetidos a regime de urgência, previsto neste artigo, os projetos de lei com prazo especial de tramitação de 30 (trinta) dias.

\* 2º - Excetuando-se o caso de calamidade pública, não se considera urgência em prejuízo de outra já votada.

Art. 85 - Os requerimentos de urgência somente poderão ser apresentados pela Mesa, por comissão, em assunto de sua especialidade, ou por 1/3 (um terço) dos Vereadores, sempre por escrito e acompanhados pela necessária justificativa.

Parágrafo Único - Quando apresentados o quorum da sessão os requerimentos de urgência serão discutidos e votados imediatamente. Se, entretanto, forem apresentados fora do plenário, deverá a Câmara, na primeira sessão, discutí-lo e votá-lo como preliminar.

Art. 86 - O pedido de preferência, requerido por escrito e

aprovado pelo plenário, concede prioridade a discussão de uma proposição sobre as demais, exceto as sujeitas ao regime de urgência.

Art. 87 - O adiamento da discussão de qualquer proposição será sujeito a deliberação do plenário e somente poderá ser aprovado por tempo determinado.

\* 1º - A proposta de adiamento não interromperá o orador que estiver com a palavra, nem incidirá sobre matéria em regime de urgência.

\* 2º - Apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado em primeiro lugar o que propuser a suspensão da discussão da matéria por menor prazo.

Art. 88 - Desde que a proposição não esteja em regime de urgência, qualquer Vereador poderá pedir vista para estudo, pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias.

### SEÇÃO III Da Explicação Pessoal

Art. 89 - Encerrada a matéria da ordem do dia, o Presidente anunciará a data da próxima sessão, concedendo, em seguida, a palavra para explicação pessoal.

\* 1º - Explicação pessoal é a manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

\* 2º - A inscrição para falar em explicação pessoal será solicitada durante a sessão e encaminhada pelo Secretário ao Presidente em ordem cronológica.

\* 3º - O orador que estiver usando a palavra na forma deste artigo não poderá desviar-se da finalidade da explicação pessoal nem ser aparteado.

### CAPÍTULO III Das Sessões Extraordinárias

Art. 90 - A Câmara Municipal reunir-se-á extraordinariamente:

- necessário;
- a - Quando convocada pelo Prefeito, se ele achar
  - b - Pelo Presidente da Câmara;
  - c - A requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara;
  - d - Quando realizadas as sessões ordinárias, ainda houver matéria com prazo especial de tramitação imposto por lei ou solicitada pelo Presidente.

Art. 91 - Nos casos da alínea acima, a convocação irá ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante comunicação direta, enviada com recibo de volta e edital afixado à porta do edifício da Câmara e publicado na imprensa local, se houver.

Parágrafo Único - Nestas sessões extraordinárias a Câmara somente deliberará sobre a matéria para qual foi convocada.

Art. 92 - As reuniões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e qualquer hora, podendo também serem realizadas aos domingos e feriados.

Art. 93 - As reuniões extraordinárias deverão ser remuneradas de acordo com o que estabelecer a Lei Orgânica Municipal e a legislação específica.

#### CAPÍTULO IV Das Sessões Solenes

Art. 94 - As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação do plenário, para fins específicos podendo ser realizadas fora do recinto da Câmara.

\* 1º - Nas sessões solenes não haverá expediente e ordem do dia nem tempo determinado para seu encerramento, dispensando-se a leitura da ata e verificação de presença.

\* 2º - Será elaborado previamente e ampla divulgação o programa da sessão solene, cujos oradores poderão ser autoridades, homenageados, representantes de classes e entidades ou instituições regularmente constituídas.

#### CAPÍTULO V Da Questão de Ordem

Art. 95 - Em qualquer fase das sessões poderá o Vereador pedir a palavra para apresentar questão de ordem, levantando dúvidas sobre a interpretação ou a aplicação desse Regimento.

Parágrafo Único - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de não serem tomadas em consideração pelo Presidente.

Art. 96 - O Presidente resolverá soberanamente a questão de ordem cabendo aos Vereadores recurso de decisão, que será apreciado pelo plenário.

#### TÍTULO V Dos Debates e Deliberações CAPÍTULO I Do Uso da Palavra

Art. 97 - O Vereador não usará da palavra, em plenário, sem solicitar e sem receber autorização do Presidente, dispondo os seguintes prazos para falar:

I - 03 (três) minutos para:

a - Apresentar retificações ou impugnações da ata;

b - Apresentar requerimento e proposições;

c - Justificar urgência de requerimento;

d - Solicitar informações sobre os trabalhos ou pauta da ordem do dia;

e - Levantar questão de ordem;

f - Solicitar verificação de votação ou de presença;

g - Apartear na forma regimental;

h - Encaminhar a votação;

i - Justificar o voto;

j - Solicitar adiantamento de discussão;

l - Solicitar prorrogação de sessão;

m - Requisitar documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara sobre proposição em discussão no plenário.

II - 10 (dez) minutos para:

a - Tratar de assunto de interesse público, no expediente, quando inscrito na forma deste regimento;

b - Discutir cada dispositivo articulado de projeto de lei ou resolução;

c - Debater requerimento, moção e indicação, discutir a redação final das deliberações do plenário;

d - Falar em explicação pessoal nos termos do artigo 89 deste regimento;

III - 40 (quarenta) minutos para:

a - Debater englobadamente projetos de lei ou resolução e votos apostos pelo Prefeito;

Art. 98 - O Vereador que solicitar a palavra deverá inicialmente declarar em qual das hipóteses do artigo anterior o faz, e não poderá:

I - Usar da palavra com a finalidade diferente da indicada na solicitação;



II - Desviar-se da matéria em debate nem falar sobre matéria vencida;

III - Usar de linguagem imprópria nem ultrapassar o prazo que lhe foi concedido;

IV - Deixar de atender as advertências do Presidente.

Art. 99 - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente a concederá em primeiro lugar ao autor da proposição em debate e aos Vereadores que tenham participado das comissões que apreciaram e, em seguida, de maneira alternada, a Vereadores de partidos diferentes.

Art. 100 - Os apartes devem ser expressos em termos corteses, permanecendo o aparteante de pé enquanto aparteia e ouve a resposta do aparteado.

\* 1º - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

\* 2º - Não será permitido apartear o orador que fala “pela ordem” ou para encaminhamento de votação, declaração de voto e em “explicação pessoal”.

Art. 101 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo os Vereadores atender ainda as seguintes determinações:

I - Falar em pé, salvo quando encontrar-se enfermo, dirigir-se sempre ao presidente da Câmara, voltando para a mesa, salvo quando responder a aparte;

II - Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de senhor ou excelência.

Parágrafo Único - A obrigação de fazer em pé, prevista no item I deste artigo, não se aplica ao Presidente.

Art. 102 - O Presidente solicitará ao orador que interrompa o discurso nos seguintes casos:

- importante à Câmara;
- I - Leitura do requerimento de urgência ou comunicação
  - II - Votação de requerimento de prorrogação da sessão;
  - III - Solução de questão de ordem.

## CAPÍTULO II Das Discussões

Art. 103 - Discussão é a fase dos trabalhos determinados aos debates em plenário.

\* 1º - Os projetos de lei e de resolução deverão ser submetidos obrigatoriamente, a duas discussões, com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

\* 2º - Terão apenas uma discussão as indicações, os requerimentos, as moções, os recursos contra atos do Presidente, os vetos a projetos de lei e os projetos de resolução instituindo comissão de inquérito.

\* 3º - Havendo mais de uma proposição sobre o assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Art. 104 - O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada a requerimento aprovado pelo plenário.

Art. 105 - Na primeira discussão debaterá cada artigo do projeto separadamente, sendo permitida a apresentação de substitutivos, emendas e subemendas.

\* 1º - A requerimento de qualquer Vereador aprovado pelo plenário, poderá ser o projeto discutido englobadamente.

\* 2º - No caso de ser apresentado substitutivo por qualquer Vereador, o plenário deliberará preliminarmente sobre a suspensão da discussão para enviá-lo à Comissão competente.

\* 3º - Na discussão dar-se-á preferência ao substitutivo apresentado por comissão ou pelo próprio autor do projeto.

Art. 106 - Na segunda discussão, debaterá, ou debater-se-á o projeto globalmente, sendo permitida a apresentação de emendas e subemendas e proibida a de substitutivos.

Art. 107 - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pelo decurso dos prazos regimentais ou por não haver mais Vereadores interessados em se pronunciar sobre a matéria.

### CAPÍTULO III Das Votações

Art. 108 - Estando presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara, a primeira e a segunda votação serão feitas imediatamente após o encerramento da respectiva discussão, não interrompendo com o encerramento do tempo regimental.

\* 1º - Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

\* 2º - Não havendo número para deliberação, o Presidente declarará suspensa a votação, transferindo-a para a ordem do dia da sessão seguinte.

Art. 109 - A primeira votação será feita artigo por artigo, ainda que o projeto tenha sido discutido englobadamente.

Parágrafo Único - Aprovadas emendas ou subemendas, o projeto será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para ser de novo redigido.

Art. 110 - Na segunda votação o projeto será apreciado como um todo, salvo quanto as emendas que serão votadas uma a uma, na seguinte ordem:

a - Emendas supressivas , emendas substitutivas e emendas aditivas.

---

Art. 111 - Anunciada a votação, poderá o Vereador pedir a palavra para proceder o seu encaminhamento ou para solicitar destaques.

Parágrafo Único - O destaque separa parte de uma proposição para apreciação isolada pelo plenário.

Art. 112 - As deliberações da Câmara, excetuando os casos previstos em lei, serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

Art. 113 - Salvo na eleição da Mesa, a cassação de mandato, na apreciação de vetos, o voto dos Vereadores será público, sendo tomado de forma simbólica ou nominal.

Art. 114 - O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os Vereadores que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição e somente deixará de ser adotado por disposição legal ou requerimento aprovado pelo plenário.

\* 1º - Terminada a votação, o Presidente anunciará o resultado declarando quantos Vereadores votaram favorável e contrariamente.

\* 2º - Em caso de dúvida, o Presidente pedirá aos Vereadores que se manifestem novamente ou, a requerimento de qualquer Vereador, determinará que se proceda a uma votação nominal.

Art. 115 - Na votação nominal, o Secretário chamará os Vereadores presentes para um a um, responderem "SIM" ou "NÃO" à proposição.

Parágrafo Único - O Presidente proclamará o resultado, mandando ler os nomes dos Vereadores que tenham votado "SIM" e dos que tenham votado "NÃO".

Art. 116 - Em qualquer tipo de votação o Vereador pode justificar seu voto, por escrito ou verbalmente.

#### CAPÍTULO IV Da Redação Final

Art. 117 - Terminada a fase de votação, será o projeto, com as emendas aprovadas, enviado à Comissão de Justiça e Redação para elaborar a redação final, de acordo com o deliberado, dentro do prazo de 03 (três) dias.

Parágrafo Único - Independem de parecer da Comissão de Redação os projetos:

I - Da Lei Orgânica;

II - Decretos legislativos;

III - Resolução reformando o Regimento Interno.

Art. 118 - Assinalada incorrência ou contradição na redação, poderá ser apresentada na sessão imediata por 1/3 (um terço) dos Vereadores no mínimo, emenda modificativa, que não altere a substância do aprovado.

Parágrafo Único - A emenda será votada na mesma sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa.

Art. 119 - Terminada a fase de votação, estando para esgotar-se o prazo previsto por este Regimento e pela legislação competente, para a tramitação dos projetos na Câmara, a redação final será feita na mesma sessão pela Comissão, com a maioria de seus membros, devendo o Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausentes do plenário os titulares. Caberá neste caso, somente à Mesa a retificação da redação se for assinalada incorrência ou contradição.

#### CAPÍTULO V De Sanção, Do Veto e da Promulgação

Art. 120 - Aprovado um projeto de lei na forma Regimental, será ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado ao Prefeito Municipal, que concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

\* 1º - Os originais das leis, antes de serem remetidos ao Prefeito, serão registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

\* 2º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

\* 3º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do projeto, e encaminhará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

\* 4º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou de alínea.

\* 5º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em única discussão e votação.

\* 6º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

\* 7º - Esgotado o prazo previsto no \*5º, sem deliberação, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas das demais proposições até sua votação final, exceto medida provisória.

\* 8º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas para promulgação.

\* 9º - Se o Prefeito não sancionar a lei nos prazos previstos e ainda no caso da sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se não fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Primeiro Secretário obrigatoriamente fazê-lo.

\* 10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 121 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO VI  
Das Matérias

Art. 122 - O Plenário deliberará:

I - Por maioria absoluta, sobre:

a - O Regimento Interno da Câmara, suas reformas e alterações;

b - O Código de Obras e Urbanismo;

c - Alteração ou Reforma do Código Tributário do Município;

d - Aprovação da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;

e - Apreciar veto do Executivo a Projeto de Lei aprovado pela Câmara; (Art. 66. \*4º da Constituição Federal);

f - Criação de Cargos e aumento de vencimentos e salários dos servidores municipais;

g - Outras matérias cuja aprovação dependa do voto desta maioria qualificada.

II - Por votos da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, para:

a - Outorgar concessão de serviços públicos;

b - Outorgar a cessão de direito real de uso de bens imóveis;

c - Alienação de bens imóveis;

d - Aquisição de bens imóveis, por compra, permuta ou doação com encargo.

e - Autorizar a alteração de denominação de vias e

logradouros públicos, feitos através de projetos oriundos do Executivo e do Legislativo;

f - Aforamento de bens imóveis;

g - Isenção de Impostos;

h - Cancelamento da dívida ativa do Município;

i - Operação de Crédito;

j - Cassação de mandato de Vereador;

l - Destituição da Comissão Executiva ou de qualquer dos seus membros;

m - Julgar infrações político-administrativas do Prefeito, sancionadas com a cassação do mandato;

n - Aprovação da Lei de Orçamento Anual e do Plano Plurianual de Investimentos;

o - Autorizar a lavratura de convênios, ajustes e consórcios;

p - Alteração ou Reforma da Lei Orgânica do Município de Exu - PE;

q - Rejeição das contas do Executivo;

r - Outras matérias cuja aprovação dependa desta maioria qualificada;

Art. 123 - Nas deliberações do Plenário o voto será público.

Parágrafo Único - Será obrigatoriamente pública a votação nos seguintes casos:

a - Deliberação sobre as Contas do Prefeito e da Comissão Executiva;

b - Julgamento do Prefeito e de Vereador;



c - Deliberação sobre veto do Prefeito.

**TÍTULO VI**  
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 124 - Os pedidos de informações ao Prefeito, feito pela Câmara, deverão ser atendidos no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitados e devidamente justificados.

Art. 125 - Nos dias de sessão, deverão estar hasteadas no edifício ou na sala das sessões da Câmara, as Bandeiras do Brasil, do Estado de Pernambuco e do Município.

Art. 126 - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos pela Mesa "ad referendum" do Plenário.

Art. 127 - Este Regimento poderá ser emendado por projeto de resolução de iniciativa da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Art. 128 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 1995.

Arnaldo Clementino Costa	- Presidente
Francisco Afonso de Oliveira	- 1º Secretário
Neusa Maria Alves Bacurau	- 2º Secretário

---

**ELABORADO POR:**  
**ASSESSORAMENTO**  
Jurídico - Administrativo - Contábil  
Rua Mariano Gomes, 08, Verdejante - PE  
Tel.: 886.1127

**IMPRESSÃO**  
**TIPOGRAFIA E PAPELARIA DO CARIRI**  
Rua Dr. João Pessoa, 386 A - Centro  
CEP: 63100-050 - Crato - Ceará  
Tel.: (88) 3523.3120 Fax: (88) 3521-7045